

Caderno de Provas

CPL P 03 - NS

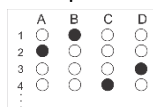
PEDAGOGO

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

14 de abril de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2019

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

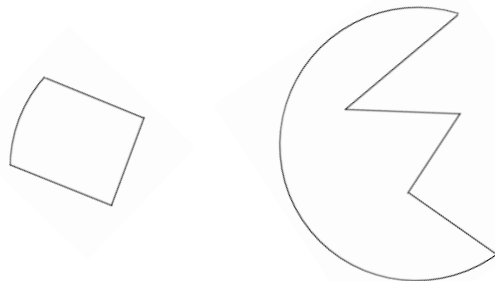
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

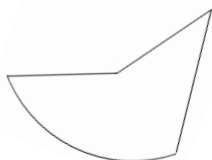
QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:

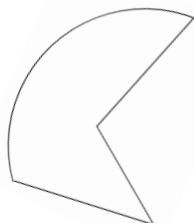


A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é

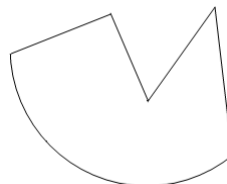
A)



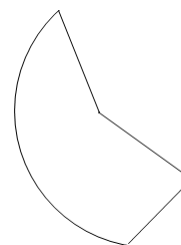
B)



C)



D)



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentado a seguir.



Selecionando-se, aleatoriamente, três objetos desse conjunto, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

A) $\frac{1}{12}$

B) $\frac{1}{16}$

C) $\frac{1}{11}$

D) $\frac{1}{8}$

13. Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
- B) Visito Lajes e não sou feliz.
- C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
- D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

14. Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras abaixo,

D J E L H P M V ?

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

15. André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA - PEDAGOGO – SUPERIOR

16. A Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no capítulo IV trata do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Conforme o Art. 54, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
- A) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
 - B) Acesso aos níveis mais e elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - C) Ensino superior, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
 - D) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino superior.
17. São conquistas recentes, no campo do direito à educação, defendidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que corrobora a Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã:
- A) Gratuidade e laicidade.
 - B) Laboralidade e contextualidade.
 - C) Criatividade e exclusividade.
 - D) Transdisciplinaridade e meritocracia.
18. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. As afirmações a seguir referem-se à organização da Educação Nacional.

I	Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estabelecer, em colaboração, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;
II	Os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;
III	Os Municípios incumbir-se-ão de autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de educação infantil;
IV	A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

Estão de acordo com essa lei as afirmações

- A) II e III
- B) I, II e IV
- C) I, II e III
- D) II, III e IV

19. Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, necessariamente, promover o convívio com a:
- A) minoria
 - B) igualdade
 - C) comunidade
 - D) diversidade
20. O Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola, visto que nele estão contempladas as informações essenciais do cotidiano escolar. Sobre o PPP é correto afirmar:
- A) É um documento de consulta que apresenta todo o planejamento, concepções, normas e projetos que serão desenvolvidos pela escola no período letivo;
 - B) É um importante documento que apresenta a filosofia teórica e prática de atuação no espaço educativo, apontando as escolhas, objetivos e responsabilidades as quais serão seguidas pela escola;
 - C) É um importante instrumento pedagógico que contém a definição e organização das atividades, projetos, objetivos e metas necessários ao desenvolvimento de todo processo de ensino-aprendizagem que envolve toda a comunidade escolar;
 - D) É um instrumento de apoio à gestão e deve ser elaborado a partir da filosofia pedagógica da direção e orientação pedagógica, visto que são estes setores que irão desencadear e desenvolver de forma organizada o processo de ensino e aprendizagem.
21. São características do planejamento escolar:
- A) a burocracia, a interdisciplinaridade e a ductabilidade.
 - B) a objetividade, a coerência, e a flexibilidade.
 - C) a formalidade, a criatividade e a subjetividade.
 - D) a subjetividade, a burocracia e a flexibilidade.
22. A Didática é o principal ramo de estudo da pedagogia. No ambiente escolar é um dos componentes fundamentais cujo objeto de estudo é:
- A) O processo de ensino e de aprendizagem.
 - B) O processo de ensino e o desenvolvimento cognitivo e motor.
 - C) O processo de aprendizagem baseado em projetos.
 - D) O processo de construção do conhecimento, para ajudar a superar obstáculos
23. Segundo a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação deverá vincular-se:
- A) ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho;
 - B) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino infantil;
 - C) a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo do ensino fundamental;
 - D) ao mundo do trabalho e à prática social.

- 24.** Os instrumentos que serão usados no processo de avaliação, sejam referenciados nos programas gerais ou no estágio de desenvolvimento dos estudantes reais existentes em uma sala de aula, devem partir de uma especificação muito clara do que pretendem avaliar.

A elaboração de um instrumento de avaliação deverá levar em consideração aspectos importantes, dentre eles:

I	a linguagem a ser utilizada: esclarecedora e objetiva;
II	a contextualização daquilo que se investiga: em uma pergunta sem contexto podemos obter inúmeras respostas e, talvez, nenhuma relativa ao que, de fato, gostaríamos de verificar;
III	o conteúdo deve ser significativo, ou seja, deve ter significado para quem avalia e para quem está sendo avaliado;
IV	estar coerente, exclusivamente, com os propósitos do professor e do livro didático;
V	explorar a capacidade de leitura e de escrita, bem como do raciocínio lógico.

Estão corretas as afirmações

- A) I, II e III
 - B) II, III e IV
 - C) I, III e V
 - D) I, II e IV
- 25.** No universo educacional, a avaliação é uma temática que gera muitas discussões em torno do seu processo. O professor necessita compreender a avaliação como parte do processo educativo. Isso implica em avançar no sentido de analisar suas finalidades ou funções. Sendo assim, a avaliação cuja função é situar o professor e aluno durante um processo de ensino e aprendizagem, informar os resultados parciais da aprendizagem ainda no decorrer do desenvolvimento das atividades, possibilitar reformulações necessárias, a fim de assegurar o curso da aprendizagem do aluno e indicar se os objetivos propostos estão sendo alcançados pelos alunos é:
- A) avaliação de controle.
 - B) avaliação diagnóstica.
 - C) avaliação formativa.
 - D) avaliação somativa.
- 26.** Aprender a aprender é um dos pilares da educação do século XXI. Essa competência geral pode ser fundamentada por meio da metacognição. Das propostas de estratégias de ensino apresentada abaixo marque a que não favorece os processos metacognitivos.
- A) Favorecer que os estudos formulem perguntas sobre o conteúdo estudado.
 - B) Estimular os estudantes e verbalizar suas dificuldades e os processos cognitivos usados na realização das tarefas.
 - C) Fomentar atividades de autoavaliação.
 - D) Organizar a resolução de exercícios.

27. Considerando a organização da prática educativa, o pedagogo no exercício da função, assume o papel de:

I	Organizar e possibilitar espaços para planejamentos e ações na busca de melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
II	Compor o Conselho Escolar, como membro nato;
III	Acompanhar os alunos em suas dificuldades, e também os alunos com necessidades educacionais específicas;
IV	Elaborar o Projeto Político Pedagógico a fim de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no plano de gestão da escola.

Estão corretas as funções das sentenças

- A) II e IV
- B) I e II
- C) I e III
- D) II e III

28. A escola, como instituição social, tem como função a democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, é um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. A prática pedagógica escolar participativa, democrática, exige do pedagogo ações dentre as quais destacam-se:

I	Participar quando necessário da administração escolar;
II	Acompanhar e assessorar as atividades docentes;
III	Participar ativamente do processo de construção do Projeto Político Pedagógico propiciando a integração de toda a comunidade escolar;
IV	Promover a autonomia do grupo escolar visando a uma organização que atenda às verdadeiras necessidades da comunidade escolar;
V	Atender, exclusivamente, os discentes.

Estão corretas as afirmações

- A) II, III e IV
- B) I, III e V.
- C) II, IV e V.
- D) I, III, IV

29. Considere o excerto, retirado de Oliveira (2015), é um recorte de uma discussão acadêmica sobre o papel do Estado, a efetividade das políticas públicas e o enfrentamento a vulnerabilidade social:

“As possibilidades de superação das desigualdades existem e são visíveis, não enxergam quem não quer, pois se exige vontade política comprometida com as transformações, que resgatem cidadania e dignidade de vida aos muitos milhões de coletivos feitos desiguais pela carência de escolaridade: um elevado contingente de brasileiros permanece como quase cidadãos “ (OLIVEIRA,2015, p. 240).

O fragmento de texto contribui para a seguinte compreensão:

- A) No que se refere ao acesso à escola, há programas assistenciais como o Bolsa Família, e órgãos fiscalizadores como o Conselho Tutelar que visam a manutenção da criança na escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma conquista social, em seu Artigo 53, estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- B) A preocupação com a infância e a adolescência surgiu na década de 70 e no final dos anos de 1980 foi criado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como programas e projetos educacionais que organizaram o acesso à escola de forma democrática, priorizando aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.
- C) No que se refere ao acesso à escola, há programas assistenciais como o Bolsa Safra, e órgãos fiscalizadores como o Conselho Tutelar que visam a manutenção da criança, principalmente na escola do campo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, defende que parte dos programas criados pelo governo buscam a equidade e qualidade na educação brasileira, redução de desigualdades e permanência dos alunos de acordo com a sua condição socioeconômica.
- D) A preocupação com a infância e a adolescência por parte da escola e da família foi legalizada com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no entanto as instituições escolares desempenham um papel irrelevante, na construção da identidade e na inserção futura da criança e do adolescente na sociedade.
30. De acordo com o Art. 12 da LDB 9.394/96, em relação aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I	assegurar o cumprimento do mínimo de 200 dias letivos e horas-aula estabelecidas pela escola;
II	informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
III	articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
IV	notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 22% (vinte e dois por cento) do percentual permitido em lei;
V	promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas.

Estão corretas as afirmações

- A) I, II e IV
 B) I, III e IV
 C) II, III e V
 D) III, IV e V